QUE REFLETE O ORÇAMENTO DE 2020?

José Fernando Cosentino Tavares

Cenário

PARÂMETROS MACROECONÔMICOS, 2019 – 2020						
PARÂMETRO	2019			2020		
	PLOA 2019	Avaliação 3º Bimestre	Focus 6/9/19	PLDO 2020	PLOA 2020 (1)	Focus 6/9/19
Variação real do PIB (%)	2,50	0,81	0,87	2,74	2,17	2,07
PIB nominal (R$ bilhões)	7.436,70	7.157,80	n.d.	7.875,50	7.614,60	n.d.
IPCA acumulado (%)	4,25	3,83	3,54	3,99	3,91	3,82
IGP-DI acumulado (%)	4,45	6,64	5,41	4,01	4,10	4,09
INPC acum (%) do ano anterior	4,20	3,43	n.d.	4,19	4,02	n.d.
Variação da massa salarial (%)	7,54	5,53	n.d.	6,86	6,28	n.d.
Selic média (% a.a.)	7,17	6,16	5,94	7,47	5,62	5,06
Selic fim de período (% a.a.)	8,00	5,50	5,00	n.d.	6,00	5,25
Câmbio médio (R$/US$)	3,62	3,82	3,88	3,71	3,79	3,83
Câmbio fim de período (R$/US$)	3,66	3,80	3,87	n.d.	3,80	3,85

Fontes: Relatório Focus 6/9/19, PLOA 2020, PLDO 2020, PLOA 2019, LOA 2019.

(1) SPE/MF, *Grade de Parâmetros Macroeconômicos* de 10/7/2019 (Informações Complementares ao PLOA 2020)

Regras Fiscais

"Tied to the Mast: Fiscal Rules and Their Uses"

The Peterson-Pew Commission on Budget Reform , 2011

Box 1. Common Types of Fiscal Rules

Balanced Budget rules generally require that spending not exceed revenue over some specified time period. Primary balance rules exclude debt service costs from the equation. Other variants include balance "over the cycle", meaning on average a balanced budget over the business cycle, or a cyclically adjusted balance. A "golden rule" excludes investment spending from the balanced budget calculation.

Debt/deficit rules set a specific target public debt limit, usually as some percentage of the economy. Criticism of this rule includes that when a country is well below its target there may be insufficient fiscal policy guidance, and that it is inherently pro-cyclical.

Expenditure rules set limits on total spending, either across government as a whole or by employing different caps for different sectors. One variation is to exclude interest spending from caps. Another is to include tax expenditures – which are in a very real sense spending mischaracterized as negative revenues – under the expenditure rule. Limits can be in real or nominal terms, as a fixed percentage of GDP, or include flexibility to allow for a certain growth rate over time.

Revenue rules set either a ceiling or floor, or both, on the amount of revenue collected. A revenue rule is used when the goal is to either boost revenue collection, or to keep tax rates low. Similar to the expenditure rule, limits can be in real or nominal terms, as a fixed percentage of GDP, or include flexibility to allow for a certain growth rate over time.

Regras Fiscais

"HOW TO CALIBRATE FISCAL RULES: A PRIMER"

FMI, 2018

Expenditure rules are less common than debt or budget balance rules. These rules appear in several forms (Cordes and others 2015). In a majority of cases expenditure rules consist of an explicit cap on nominal or real expenditure growth. Expenditure growth is capped either by a fixed numerical ceiling (in the range of 2 percent to 4 percent for real growth rules in our sample) or by a measure of medium- to long-term growth. In a few emerging market economies, expenditure rules apply to the expenditure-to-GDP ratio, with ceilings in the range of 30 percent to 40 percent of GDP. At the supranational level, only the European Union has imposed an expenditure rule on member states. This rule, called the *expenditure benchmark*, caps the annual growth of primary expenditure with long-term nominal GDP growth (European Commission, 2016). One of its characteristics is that it also corrects for revenue measures, meaning that spending growth cannot exceed medium-term growth unless the additional spending is matched by new discretionary revenue measures.

Teto de Gastos: todos os Poderes

EC 95, 2016

"Art. 107. Ficam estabelecidos, para cada exercício, limites individualizados para as despesas primárias:

I - do Poder Executivo;

II - do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça, do Conselho Nacional de Justiça, da Justiça do Trabalho, da Justiça Federal, da Justiça Militar da União, da Justiça Eleitoral e da Justiça do Distrito Federal e Territórios, no âmbito do Poder Judiciário;

III - do Senado Federal, da Câmara dos Deputados e do Tribunal de Contas da União, no âmbito do Poder Legislativo;

IV - do Ministério Público da União e do Conselho Nacional do Ministério Público; e

V - da Defensoria Pública da União.

Teto de Gastos: nenhuma correção real

EC 95, 2016

"§ 1º Cada um dos limites ... equivalerá:

I - ... 2017, à despesa primária paga no exercício de 2016, incluídos os restos a pagar pagos e demais operações que afetam o resultado primário, corrigida em 7,2% ..; e

II - para os exercícios posteriores, ao valor do limite referente ao exercício imediatamente anterior, corrigido pela variação do ... IPCA, ..., para o período de doze meses encerrado em junho do exercício anterior ...

(de novo os Poderes)

§ 2º Os limites estabelecidos na forma do inciso IV do caput do art. 51, do inciso XIII do caput do art. 52, do § 1º do art. 99, do § 3º do art. 127 e do § 3º do art. 134 da Constituição Federal não poderão ser superiores aos estabelecidos nos termos deste artigo."

Teto de Gastos: Exclusões

EC 95, 2016

§ 6º Não se incluem na base de cálculo e nos limites estabelecidos neste artigo:

I - transferências constitucionais estabelecidas no § 1º do art. 20, no inciso III do parágrafo único do art. 146, no § 5º do art. 153, no art. 157, nos incisos I e II do art. 158, no art. 159 e no § 6º do art. 212, as despesas referentes ao inciso XIV do caput do art. 21, todos da Constituição Federal, e as complementações de que tratam os incisos V e VII do caput do art. 60, deste Ato das Disposições Constitucionais Transitórias;

II - créditos extraordinários a que se refere o § 3º do art. 167 da Constituição Federal;

III - despesas não recorrentes da Justiça Eleitoral com a realização de eleições; e

IV - despesas com aumento de capital de empresas estatais não dependentes.

Teto de Gastos: não há como romper o teto – a preocupação com o orçamento paralelo

EC 95, 2016

§ 3º A mensagem que encaminhar o projeto de lei orçamentária demonstrará os valores máximos de programação compatíveis com os limites individualizados calculados na forma do § 1º deste artigo, observados os §§ 7º a 9º deste artigo.

§ 4º As despesas primárias autorizadas na lei orçamentária anual sujeitas aos limites de que trata este artigo não poderão exceder os valores máximos demonstrados nos termos do § 3º deste artigo.

§ 5º É vedada a abertura de crédito suplementar ou especial que amplie o montante total autorizado de despesa primária sujeita aos limites de que trata este artigo.

O ORÇAMENTO AINDA É PEÇA DE FICÇÃO?

O orçamento era de ficção quando:

1. A regra fiscal única era do resultado primário, que por vezes tinha válvulas de escape;
2. A superestimativa de receitas em qualquer etapa produzia autorizações de despesa acima do que poderia arrecadar;
3. A programação possível no próprio exercício não ficava clara; Mais autorização de despesa para uma mesma meta, mais dotações por empenhar, processadas ou não. Despesas autorizadas em Lei podiam se transformar em Restos a Pagar não processados;
4. Ainda, as prioridades eram corrompidas com abertura de créditos adicionais pelo Executivo, com permissão na própria Lei;
5. Os Restos a Pagar se acumulavam e tinham o porte de um orçamento paralelo;

O ORÇAMENTO AINDA É PEÇA DE FICÇÃO?

O que mudou:

1. Não há incentivo, com o teto, para se reestimarem receitas, pois mais receita vira superávit;
2. Orçamento passou a ser limite financeiro, que em boa parte se exaure (despesas correntes obrigatórias ou quase obrigatórias);
3. Resultado primário insuficiente impede empenho pelo efeito do *impeachment* . Contingenciamento;
4. Só "empoçamento" gera Restos a Pagar. Empoçamento ocorre com emendas parlamentares e por incapacidade de executar despesa. Despesas obrigatórias cautelosamente estimadas não viram Restos a Pagar.
5. Prioridades: continua havendo ficção porque pode não se gastar tudo o que foi fixado e como foi fixado, por empoçamento ou substituição de despesas dentro do limite;
6. Regra de ouro acomoda: as despesas com o serviço da dívida sempre foram superestimadas e continuam sendo para evitar o risco Congresso. Não há previsão de colchão de liquidez no orçamento, nem como revelar estratégia (rolagem).

REGRA DE OURO
CF 1988 e LRF

Art. 167

…

III - a realização de operações de créditos que excedam o montante das despesas de capital, ressalvadas as autorizadas mediante créditos suplementares ou especiais com finalidade precisa, aprovados pelo Poder Legislativo por maioria absoluta;

Art. 12

…

§ 2º O montante previsto para as receitas de operações de crédito não poderá ser superior ao das despesas de capital constantes do projeto de lei orçamentária.

REGRA DE OURO NA LDO 2020

Art. 20. O Projeto de Lei Orçamentária de 2020 e a respectiva Lei poderão conter, em **órgão orçamentário específico**, receitas de operações de crédito e programações de **despesas correntes primárias**, condicionadas à **aprovação de projeto** de lei de créditos suplementares ou especiais por maioria absoluta do Congresso Nacional, de acordo com o disposto no inciso III do caput do art. 167 da Constituição.

§ 1º Os montantes das receitas e das despesas a que se refere o caput serão equivalentes à diferença positiva ... entre o total das receitas de operações de crédito e o total das despesas de capital (aritmética)

§ 2º A Mensagem ... apresentará as justificativas para a escolha das programações referidas no caput, a metodologia de apuração e a memória de cálculo da diferença de que trata o § 1º e das respectivas projeções para a execução financeira dos exercícios de 2020 a 2022.

§ 3º Os montantes de que trata o § 1º poderão ser reduzidos por meio de abertura de crédito suplementar nos termos do disposto no art. 40, por meio da substituição da receita de operações de crédito por outra fonte de recurso, observado o disposto no § 2º do art. 38.

Regra de Ouro

Mensagem, 2020

DEMONSTRATIVO DA INSUFICIÊNCIA PARA O CUMPRIMENTO DA REGRA DE OURO

	R$ milhões
1. Necessidade de operações de crédito (1.1 - 1.2)	**1.830.502,3**
1.1. Despesas	2.042.667,2
Déficit Primário Orçamentário	114.932,6
Despesas com juros	415.054,7
Despesas com amortização	1.239.367,6
Despesas com Inversões não primárias	200.395,9
Outras despesas financeiras	25.490,7
Reserva de contingência financeira	47.425,9
1.2. Receitas não primárias	212.164,9
Retorno de Financiamento e Refinanciamento de Dívidas de Médio e Longo Prazos (inclui retorno do BNDES, conforme cronograma de devolução de empréstimos)	32.414,4
Pagamento de Dívidas e EE & MM e Outros créditos	22.572,7
Remuneração da conta única	83.235,3
Resultado do BACEN	0,0
Recursos Próprios Financeiros	45.253,7
Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social	26.223,4
Outras receitas financeiras	2.465,5
2. Despesas de capital	**1.463.471,3**
Amortizações	1.239.367,6
Investimentos e Inversões primárias	23.707,8
Despesas com Inversões não primárias	200.395,9
Margem RO (2 - 1)	**-367.031,1**

Regra de Ouro

PLOA 2020,

QUADRO 9: ÓRGÃO 93000 - PROGRAMAÇÕES CONDICIONADAS À APROVAÇÃO LEGISLATIVA PREVISTA NO INCISO III DO ART. 167 DA CONSTITUIÇÃO – DESPESAS CORRENTES PRIMÁRIAS

	R$ milhões
Benefícios Previdenciários	156.596,9
Pessoal e Encargos Sociais	104.689,9
Bolsa Família	9.000,0
Subsídios e Subvenções Econômicas	6.703,0
Compensação ao FRGPS pelas Desonerações	5.000,0
Seguro-desemprego	10.314,6
Sentenças OCC	20.402,8
Complementação FUNDEB	6.613,4
Financiamento de Campanha Eleitoral	1.269,8
Benefícios aos Servidores	3.405,3
Obrigatórias com Controle de Fluxo	25.491,2
Discricionárias do Poder Executivo	17.544,0
Total	**367.031,1**

Regra de Ouro

PLOA 2019-2020,

RECEITA E DESPESA DOS ORÇAMENTOS (R$ milhões)		
Discriminação	2020	2019
	PLOA	
Déficit do Orçamento Corrente	- 428.482,7	- 389.754,4
Déficit do Orçamento de Capital	- 1.338.438,5	- 979.909,2
Reservas de Contingência	- 63.581,2	- 47.993,8
Operações de Crédito	1.830.502,4	1.417.657,4
Receitas de Capital	1.955.535,1	1.603.598,5
Operações de Crédito	1.830.502,3	1.417.657,4
Operação de Crédito Especial	367.031,1	251.807,1
Demais Operações de Crédito=Despesas de Capital	1.463.471,2	1.165.850,3
Alienação de Bens	1.683,0	1.548,8
Amortização de Empréstimos	40.049,2	45.076,7
Transferências de Capital	65,1	58,7
Outras Receitas de Capital	83.235,5	132.884,5
Remuneração das Disponibilidades	83.235,5	91.239,9
Resultado do Banco Central	-	26.365,0
Devolução do Principal do FAT	-	15.279,6
Utilização de Outras Fontes Financeiras	-	-
Receitas de Capital - Operações Intraorçamentárias	-	6.372,4
Despesas de Capital	1.463.471,2	1.165.850,3
Investimentos	19.482,6	26.510,9
Inversões Financeiras	204.621,0	93.400,3
Recursos para Programação em Despesas de Capital	125.592,5	-
Demais Inversões Financeira	79.028,5	93.400,3
Amortização da Dívida	1.239.367,6	1.045.939,1

Regra de Ouro

Cumprimento 2018

RREO - Anexo 9 (LRF, art. 53, § 1º, inciso I) R$ milhares

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Mês (b)	SALDO A REALIZAR c = (a-b)
Receitas de Operações de Crédito[1]	1.638.399.624	931.244.270	707.155.354
(-) Variação do saldo da sub-conta Dívida Pública da Conta Unica da União[3]		62.898.058	
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO CONSIDERADAS (I)		868.346.212	

DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS Até o Mês (e)	SALDO A EXECUTAR (f) = (d - e)
Despesas de Capital[2]	1.542.909.801	904.147.160	638.762.641
Investimentos	45.737.714	44.103.817	1.633.897
Inversões Financeiras	84.546.159	73.641.247	10.904.912
Amortização de Dívida	1.412.625.928	786.402.096	626.223.832
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes	0	0	0
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeiras	0	0	0
DESPESAS DE CAPITAL LÍQUIDAS (II)	1.542.909.801	904.147.160	638.762.641

RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (II - I)[4]	35.800.948

FONTE: STN/CCONT/GEINF

1 Receitas de Operação de Crédito: Conforme define a Lei Complementar nº 101/2000, consistem no compromisso financeiro assumido em razão de mútuo, abertura de crédito, emissão e aceite de título, aquisição financiada de bens, recebimento antecipado de valores provenientes da venda a termo de bens e serviços, arrendamento mercantil e outras operações assemelhadas, inclusive com o uso de derivativos financeiros. São representadas pelas naturezas de receita de categoria econômica "2" e "8" (receita de capital), de origem "1" (operações de Crédito).

² Despesas de Capital: Consistem nas despesas executadas (liquidadas e inscritas em restos a pagar não processados) com investimentos, inversões financeiras e amortização/refinanciamento da dívida. No exercício de 2018, as despesas liquidadas somaram R$ 869.600.512 mil e as Inscritas em Restos a Pagar Não Processados somaram R$ 34.546.648 mil, totalizando o valor executado no demonstrativo, de R$ 904.147.160 mil

3 Conforme define a Resolução do Senado nº 48, de 2007, as receitas das operações de crédito efetuadas no contexto da gestão da dívida pública mobiliária federal somente serão consideradas no exercício financeiro em que for realizada a respectiva despesa, sendo aplicada essa regra se as receitas das operações de crédito ficarem depositadas na sub-conta da dívida pública da Conta Única da União (§§ 4º e 5º do art. 6º). Assim, para se apurar o valor efetivo das receitas de operações de crédito utilizadas no exercício financeiro, a variação positiva nessa conta reduz o valor a ser considerado dessas receitas e a sua variação negativa aumenta, se for o caso.

4 Para facilitar o entendimento e a leitura do Demonstrativo, a ordem da equação foi alterada para que o valor POSITIVO represente o cumprimento da Regra de Ouro.

Necessidades de Financiamento do Governo Central

Informações Complementares, 2020

Discriminação	Realizado 2018		LOA 2019		Avaliação 3º Bimestre 2019		PLOA 2020	
	R$ milhões	% PIB	R$ milhões	% PIB	R$ milhões	% PIB	R$ milhões	% PIB
I. RECEITA TOTAL	1.484.238,1	21,6	1.574.860,9	21,2	1.540.535,8	21,5	1.644.544,9	21,6
I.1. Receita Administrada pela RFB, exceto RGPS	905.052,4	13,2	961.808,3	12,9	939.286,0	13,1	1.002.159,3	13,2
I.2. Incentivos Fiscais	-14,1	0,0	0,0	0,0	-48,9	0,0	-1,8	0,0
I.3. Arrecadação Líquida para o RGPS	391.181,8	5,7	419.812,3	5,6	414.988,3	5,8	438.443,6	5,8
I.4. Outras Receitas	188.018,0	2,7	193.240,4	2,6	186.310,4	2,6	203.943,9	2,7
II. TRANSFERÊNCIAS POR REPARTIÇÃO DE RECEITA	256.723,7	3,7	275.157,9	3,7	276.154,5	3,9	288.982,4	3,8
III. RECEITA LÍQUIDA	1.227.514,5	17,9	1.299.703,0	17,5	1.264.381,2	17,7	1.355.562,5	17,8
IV. DESPESAS	1.351.756,7	19,7	1.438.693,0	19,3	1.403.381,2	19,6	1.479.662,5	19,4
IV.1. Benefícios da Previdência	586.378,8	8,5	637.851,9	8,6	630.859,8	8,8	682.689,4	9,0
IV.2. Pessoal e Encargos Sociais	298.020,9	4,3	324.937,0	4,4	324.593,8	4,5	336.624,7	4,4
IV.3. Outras Desp. Obrigatórias	201.338,0	2,9	207.030,1	2,8	209.311,6	2,9	228.316,5	3,0
IV.4. Despesas Obrigatórias com Controle de Fluxo	137.186,7	2,0	139.494,7	1,9	143.237,8	2,0	142.721,5	1,9
IV.5. Aumento de capital de estatais (A partir de 2018)	4.720,5	0,1	10.214,8	0,1	10.214,8	0,1	148,9	0,0
IV.6. Despesas Discricionárias	124.111,9	1,8	119.164,4	1,6	85.163,4	1,2	89.161,5	1,2
V. PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (III - IV)	-120.221,3	-1,7	-138.990,0	-1,9	-139.000,0	-1,9	-124.100,0	-1,6
VI. DISCREPÂNCIA ESTATÍSTICA/ AJUSTE	4.053,9	0,1						
VII. PRIMÁRIO ABAIXO DA LINHA (V+VI)	-116.167,4	-1,7	-138.990,0	-1,9	-139.000,0	-1,9	-124.100,0	-1,6

Necessidades de Financiamento do Governo Central: Receitas Administradas Brutas

Informações Complementares, 2020

Discriminação	Realizado 2018		LOA 2019		Avaliação 3º Bimestre 2019		PLOA 2020	
	R$ milhões	% PIB	R$ milhões	% PIB	R$ milhões	% PIB	R$ milhões	% PIB
I. RECEITA TOTAL	**1.484.238,1**	**21,6**	**1.574.860,9**	**21,2**	**1.540.535,8**	**21,5**	**1.644.544,9**	**21,6**
I.1. Receita Administrada pela RFB, exceto	**905.052,4**	**13,2**	**961.808,3**	**12,9**	**939.286,0**	**13,1**	**1.002.159,3**	**13,2**
I.1.1. Imposto de Importação	40.678,4	0,6	47.057,3	0,6	42.602,4	0,6	46.029,1	0,6
I.1.2. IPI	55.427,3	0,8	62.208,4	0,8	54.225,4	0,8	59.071,3	0,8
I.1.3. Imposto sobre a Renda	362.757,3	5,3	375.707,8	5,1	393.014,6	5,5	412.336,9	5,4
I.1.4. IOF	36.786,1	0,5	39.719,0	0,5	39.307,1	0,5	42.522,9	0,6
I.1.5. COFINS	251.466,0	3,7	265.461,4	3,6	239.553,6	3,3	260.300,1	3,4
I.1.6. PIS/PASEP	66.124,8	1,0	71.251,3	1,0	66.284,8	0,9	71.908,2	0,9
I.1.7. CSLL	78.549,2	1,1	75.180,9	1,0	79.155,7	1,1	85.577,2	1,1
I.1.8. CIDE - Combustíveis	3.963,4	0,1	2.837,9	0,0	2.652,3	0,0	2.666,1	0,0
I.1.9. Outras Administradas pela RFB	9.300,0	0,1	22.384,3	0,3	22.490,2	0,3	21.747,4	0,3
I.2. Incentivos Fiscais	**-14,1**	**0,0**	**0,0**	**0,0**	**-48,9**	**0,0**	**-1,8**	**0,0**

Necessidades de Financiamento do Governo Central: RGPS, Demais Receitas e Receita Líquida

Informações Complementares, 2020

Discriminação	Realizado 2018		LOA 2019		Avaliação 3º Bimestre 2019		PLOA 2020	
	R$ milhões	% PIB	R$ milhões	% PIB	R$ milhões	% PIB	R$ milhões	% PIB
I.3. Arrecadação Líquida para o RGPS	**391.181,8**	**5,7**	**419.812,3**	**5,6**	**414.988,3**	**5,8**	**438.443,6**	**5,8**
I.3.1. Projeção Normal	377.647,3	5,5	409.838,4	5,5	404.601,6	5,7	428.038,2	5,6
I.3.2. Ressarcimento de desonerações previdenciárias	13.534,5	0,2	9.973,9	0,1	10.386,7	0,1	10.405,4	0,1
I.4. Outras Receitas	**188.018,0**	**2,7**	**193.240,4**	**2,6**	**186.310,4**	**2,6**	**203.943,9**	**2,7**
I.4.1. Concessões e Permissões	21.929,2	0,3	15.630,5	0,2	17.066,9	0,2	21.063,1	0,3
I.4.2. Complemento do FGTS	5.029,9	0,1	5.984,8	0,1	5.322,2	0,1	5.654,5	0,1
I.4.3. Cont. Plano de Seg. do Servidor	13.731,5	0,2	14.680,6	0,2	14.124,6	0,2	19.178,8	0,3
I.4.4. Contribuição do Salário-Educação	22.047,6	0,3	21.622,2	0,3	21.775,1	0,3	23.116,5	0,3
I.4.5. Exploração de Recursos Naturais	59.914,3	0,9	73.295,9	1,0	66.369,4	0,9	68.243,5	0,9
I.4.6. Dividendos e Participações	7.676,5	0,1	7.489,3	0,1	8.449,1	0,1	7.826,3	0,1
I.4.7. Operações com Ativos	1.135,6	0,0	1.157,4	0,0	1.129,4	0,0	1.129,1	0,0
I.4.8. Receita Própria (fontes 50 & 81)	14.794,1	0,2	14.843,2	0,2	15.461,7	0,2	15.162,7	0,2
I.4.9. Demais Receitas	41.759,4	0,6	38.536,5	0,5	36.612,0	0,5	42.569,3	0,6
II. TRANSFERÊNCIAS POR REPARTIÇÃO DE RECEITA	**256.723,7**	**3,7**	**275.157,9**	**3,7**	**276.154,5**	**3,9**	**288.982,4**	**3,8**
II.1. Cide combustíveis	1.356,8	0,0	821,4	0,0	761,6	0,0	781,7	0,0
II.2. Exploração de Recursos Naturais	35.970,1	0,5	44.664,7	0,6	40.890,2	0,6	42.445,6	0,6
II.3. Contribuição do Salário Educação	12.758,1	0,2	12.973,3	0,2	13.065,0	0,2	13.869,9	0,2
II.4. FPE/FPM/IPI-EE	196.629,8	2,9	207.071,4	2,8	210.909,4	2,9	222.204,2	2,9
II.5. Fundos Constitucionais	8.470,1	0,1	8.113,4	0,1	8.796,0	0,1	7.870,8	0,1
Repasse Total	12.467,6	0,2	13.137,5	0,2	13.609,1	0,2	14.142,2	0,2
Superávit Fundos	-3.997,5	-0,1	-5.024,0	-0,1	-4.813,1	-0,1	-6.271,3	-0,1
II.6. Demais	1.538,8	0,0	1.513,7	0,0	1.732,3	0,0	1.810,2	0,0
III. RECEITA LÍQUIDA	**1.227.514,5**	**17,9**	**1.299.703,0**	**17,5**	**1.264.381,2**	**17,7**	**1.355.562,5**	**17,8**

Necessidades de Financiamento do Governo Central: Despesas

Informações Complementares, 2020

Discriminação	Realizado 2018		LOA 2019		Avaliação 3º Bimestre 2019		PLOA 2020	
	R$ milhões	% PIB	R$ milhões	% PIB	R$ milhões	% PIB	R$ milhões	% PIB
IV. DESPESAS	**1.351.756,7**	**19,7**	**1.438.693,0**	**19,3**	**1.403.381,2**	**19,6**	**1.479.662,5**	**19,4**
IV.1. Benefícios da Previdência	**586.378,8**	**8,5**	**637.851,9**	**8,6**	**630.859,8**	**8,8**	**682.689,4**	**9,0**
IV.2. Pessoal e Encargos Sociais	**298.020,9**	**4,3**	**324.937,0**	**4,4**	**324.593,8**	**4,5**	**336.624,7**	**4,4**
IV.3. Outras Desp. Obrigatórias	**201.338,0**	**2,9**	**207.030,1**	**2,8**	**209.311,6**	**2,9**	**228.316,5**	**3,0**
IV.3.1. Abono e Seguro Desemprego	53.553,3	0,8	59.831,2	0,8	56.831,4	0,8	57.347,0	0,8
IV.3.2. Anistiados	168,2	0,0	275,2	0,0	275,2	0,0	275,2	0,0
IV.3.5. Benefícios de Legislação Especial e Indenizações	615,0	0,0	894,8	0,0	899,8	0,0	936,5	0,0
IV.3.6. Benefícios de Prestação Continuada LOAS / RMV	56.156,0	0,8	60.234,3	0,8	59.888,3	0,8	61.490,2	0,8
IV.3.7. Complemento do FGTS	5.029,9	0,1	5.984,8	0,1	5.322,2	0,1	5.654,5	0,1
IV.3.8. Créditos Extraordinários	5.733,2	0,1			4.856,8	0,1		
IV.3.9. Desoneração MP 540, 563 e 582	13.534,5	0,2	9.973,9	0,1	10.386,7	0,1	10.405,4	0,1
IV.3.11. Fabricação de Cédulas e Moedas	870,2	0,0	950,8	0,0	950,8	0,0	982,8	0,0
IV.3.12. Fundef / Fundeb - Complementação	13.814,7	0,2	15.248,8	0,2	14.921,7	0,2	16.206,6	0,2
IV.3.13. Fundo Constitucional do DF	1.597,8	0,0	1.634,9	0,0	1.612,3	0,0	2.289,0	0,0
IV.3.14. Legislativo/Judiciário/MPU/MPU	13.370,3	0,2	13.267,0	0,2	13.331,0	0,2	12.648,4	0,2
IV.3.15. Lei Kandir (LCs nº 87/96 e 102/00)	1.910,0	0,0						
IV.3.16. Reserva de Contingência							16.155,3	0,2
IV.3.17. Sentenças Judiciais e Precatórios - OCC	13.880,9	0,2	17.518,9	0,2	16.054,0	0,2	24.069,2	0,3
IV.3.18. Subsídios, Subvenções e Proagro	15.332,8	0,2	17.482,7	0,2	19.277,9	0,3	16.658,0	0,2
IV.3.19. Transferência ANA - Receitas Uso Recursos	302,8	0,0	281,7	0,0	293,6	0,0	91,6	0,0
IV.3.20. Transferência Multas ANEEL (Acórdão TCU nº	917,2	0,0	946,2	0,0	930,0	0,0	916,7	0,0
IV.3.21. Impacto Primário do FIES	2.834,8	0,0	2.505,1	0,0	3.479,8	0,0	-349,3	0,0
IV.3.22. Financiamento de Campanha Eleitoral	1.716,2	0,0					2.539,5	0,0
IV.4. Despesas Obrigatórias com Controle de Fluxo	**137.186,7**	**2,0**	**139.494,7**	**1,9**	**143.237,8**	**2,0**	**142.721,5**	**1,9**
IV.5. Aumento de capital de estatais (A partir de 2018)	**4.720,5**	**0,1**	**10.214,8**	**0,1**	**10.214,8**	**0,1**	**148,9**	**0,0**
IV.6. Despesas Discricionárias	**124.111,9**	**1,8**	**119.164,4**	**1,6**	**85.163,4**	**1,2**	**89.161,5**	**1,2**

Despesas obrigatórias crescem de forma autônoma

Boletim MacroFiscal da SPE (09/2019). Elaboração SOF

"Ao todo, **indexação** e crescimento **vegetativo**, levam a um aumento de R$ 62,1 bilhões nas despesas para 2020 - cerca de 81% do aumento total dessas despesas. Num cenário em que a despesa discricionária é de exíguos R$ 89,3 bilhões, os valores elencados acima são expressivos e evidenciam a gravidade do engessamento orçamentário."

Despesas obrigatórias crescem de forma autônoma

Boletim MacroFiscal da SPE (09/2019). Elaboração SOF

Decomposição do Aumento das Despesas Primárias

(R$ Milhões)

Discriminação	2018	Acréscimos em 2019				Acréscimos em 2020			
		Indexação	Vegetativo	Outros	Total	Indexação	Vegetativo	Outros	Total
Regime Geral de Previdencia Social	**586.379**	**16.328**	**19.892**	**8.261**	**630.860**	**24.223**	**29.855**	**-1.938**	**682.999**
Benefícios Previdenciários <=Salário Mínimo (CF)	234.303	6.739	8.201	1.888	251.130	9.997	12.308	-1.953	271.482
Benefícios Previdenciários >SM - INPC (Lei)	334.033	9.589	11.691	2.692	358.006	14.226	17.547	-2.784	386.995
Sentenças RGPS IPCA-E (jul t-1 a jun t) (Lei)	15.119			2.910	18.029			2.563	20.592
Comprev	2.924			771	3.694			236	3.930
LOAS	**56.295**	**2.544**	**955**	**94**	**59.888**	**2.410**	**-924**	**116**	**61.490**
LOAS/RMV Salário Mínimo (Lei)	55.161	2.544	955		58.660	2.410	-924		60.146
Sentenças LOAS IPCA-E (jul t-1 a jun t)	1.134			94	1.228			116	1.345
Abono (CF, SM) e Seguro Desemprego (Lei, INPC)	**53.627**	**2.473**	**731**		**56.831**	**2.335**	**-1.819**		**57.347**
Legislação Especial/Indenizações – INPC e SM (Lei)	**540**	**25**	**237**		**802**	**33**	**-4**		**831**
FCDF - RCL[(jun t-2 a jul t-1)/(jun t-3 a jul t-2)] (Lei)	**13.551**			**566**	**14.117**			**1.423**	**15.540**
Mínimo Educação IPCA (jul t-2 a jun t-1) (CF)	**50.450**	**2.215**			**52.665**	**1.775**			**54.440**
Mínimo Saúde IPCA (jul t-2 a jun t-1) (CF)	**112.361**	**4.933**			**117.293**	**3.953**			**121.246**
Emendas Individuais IPCA (jul t-2 a jun t-1) (CF)	**8.775**	**385**			**9.160**	**309**			**9.469**
Emendas de Bancada RCL (Constituição)	**4.387**			**193**	**4.580**			**2.107**	**6.687**
Fundeb - Complementação Receita Impostos (CF)	**14.053**			**869**	**14.922**			**1.285**	**16.207**
Outras Despesas Primárias	**451.340**			**-9.077**	**442.263**			**11.144**	**453.407**
Despesa Primárias Totais (Líquidas)	**1.351.757**	**28.903**	**21.815**	**906**	**1.403.381**	**35.037**	**27.107**	**14.137**	**1.479.662**
Composição do Acréscimo das Despesas Primárias		**56%**	**42%**	**2%**		**46%**	**36%**	**19%**	

A PROPOSTA PARA 2020

Pessoal

AUTORIZAÇÕES ESPECÍFICAS DE QUE TRATA O ART. 169, § 1º, INCISO II, DA CONSTITUIÇÃO, E
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS PA

DISCRIMINAÇÃO	CRIAÇÃO	QTDE	NC PRIMÁRIA
I. CRIAÇÃO E/OU PROVIMENTOS DE CARGOS E FUNÇÕES, exceto reposição (1):			
1. Poder Legislativo	**7**	**147**	**25.681.502**
1.1. Câmara dos Deputados	**7**	**77**	**12.154.064**
1.1.1. Cargos e funções vagos	-	70	11.266.843
1.1.2. Anteprojeto de lei	7	7	887.221
1.2. Senado Federal	**-**	**40**	**8.995.177**
1.2.1. Cargos e funções vagos	-	40	8.995.177
1.3. Tribunal de Contas da União	**-**	**30**	**4.532.261**
1.3.1. Cargos e funções vagos	-	30	4.532.261
2. Poder Judiciário	**1.417**	**1.871**	**155.632.565**
2.1. Supremo Tribunal Federal	**-**	**62**	**4.449.222**
2.1.1. Cargos e funções vagos	-	62	4.449.222
2.2. Superior Tribunal de Justiça	**-**	**50**	**3.373.164**
2.2.1. Cargos e funções vagos	-	50	3.373.164
2.3. Justiça Federal	**625**	**450**	**45.000.000**
2.3.1. Cargos e funções vagos	-	450	45.000.000
2.3.2. PL nº 2.783, de 2011 (3)	625	-	-
2.4. Justiça Militar da União	**740**	**89**	**3.871.544**
2.4.1. Cargos e funções vagos	-	46	2.691.653
2.4.2. PL 1.184/15	740	43	1.179.891
2.5. Justiça Eleitoral	**-**	**1.002**	**82.521.210**
2.5.1. Cargos e funções vagos	-	1.002	82.521.210
2.6. Justiça do Trabalho	**52**	**90**	**7.294.224**
2.6.1. Cargos e funções vagos	-	90	7.294.224
2.6.2. PLC 112, de 2017 - TRT 22ª Região (3)	52	-	-
2.7. Justiça do Distrito Federal e Territórios	**-**	**128**	**9.123.201**
2.7.1. Cargos e funções vagos	-	128	9.123.201
3. Ministério Público da União e Conselho Nacional do Ministério Público	**-**	**25**	**1.118.728**
3.1. Ministério Público Militar	**-**	**6**	**468.732**
3.1.1. Cargos e funções vagos	-	6	468.732
3.2. Ministério Público do Trabalho	**-**	**5**	**70.929**
3.2.1. Cargos e funções vagos	-	5	70.929
3.3. Escola Superior do Ministério Público da União	**-**	**14**	**579.067**
3.3.1. Lei nº 13.032, de 2014	-	14	579.067
4. Defensoria Pública da União	**1.011**	**205**	**8.237.403**
4.1. Defensoria Pública da União	**1.011**	**205**	**8.237.403**
4.1.1. Cargos e funções vagos		5	980.806
4.1.2. PL nº 7.922, de 2014 - Criação de cargos efetivos	811	-	-
4.1.3. PL nº 7.923, de 2014 - Criação de cargos e funções comissionadas	200	200	7.256.597
5. Poder Executivo	**491**	**30.305**	**2.258.400.084**
5.1. Criação e provimentos de cargos e funções - Civis	**491**	**26.520**	**1.929.536.475**
5.1.1. Cargos e funções vagos		6.509	581.260.806
5.1.2. Banco de Professor-Equivalente e Quadro de Referência dos Cargos de Técnico-Administrativos em Educação (2)	-	19.520	1.338.123.053
5.1.3. Lei nº 13.856, de 8 de julho de 2019 - UF Norte do Tocantins/TO	491	491	10.152.616
5.2. Fixação de efetivos - Militares	**-**	**1.801**	**189.624.282**
5.2.1. Fixação de Efetivos - Aeronáutica, Exército e Marinha	-	1.801	189.624.282
5.3. Fundo Constitucional do Distrito Federal - FCDF	**-**	**1.984**	**139.239.327**
5.3.1. Fixação de Efetivos - CBMDF	-	378	21.952.614
5.3.2. Fixação de Efetivos - PMDF	-	856	49.746.156
5.3.3. Fixação de Efetivos - PCDF	-	750	67.540.557
TOTAL DO ITEM I	**2.926**	**32.553**	**2.449.070.282**

II. ALTERAÇÃO DE ESTRUTURA DE CARREIRAS E AUMENTO DE REMUNERAÇÃO:	
1. Poder Executivo	**4.730.000.000**
PL 1.645, de 2019 - Reestrutura o Sistema de Proteção Social dos militares das Forças Armadas.	4.730.000.000
TOTAL DO ITEM II	**4.730.000.000**
TOTAL GERAL (ITEM I + ITEM II)	**7.179.070.282**

A PROPOSTA PARA 2020

Benefícios Previdenciários

R$ milhões

Descrição	PLOA 2020
Total de Benefícios	**682.689,4**
Benefícios normais	658.476,9
Precatórios e sentenças	20.282,3
Comprev	3.930,2
Hipóteses adotadas	
Massa salarial nominal (%)	6,28%
Reajuste do salário-mínimo (%)	4,11%
Valor do salário-mínimo (R$)	1.039
Reajuste dos demais benefícios (%)	4,02%
Crescimento vegetativo dos benefícios	4,90%

Precatórios e Sentenças

Despesas Primárias do Governo Central [1/] - Brasil - Anual

R$ Milhões - Valores Correntes e % PIB

Discriminação	2016	2017	2018		2019		2020	
	R$ Milhões	R$ Milhões	R$ Milhões	% PIB	R$ Milhões	% PIB	R$ Milhões	% PIB
IV. DESPESA TOTAL	1.249.393,2	1.279.007,8	1.351.756,7	19,8%	1.403.381,2	19,6%	1.479.662,5	19,4%
IV.1 Benefícios Previdenciários	507.871,3	557.234,8	586.378,8	8,6%	630.859,8	8,8%	682.689,4	9,0%
d/q Sentenças Judiciais e Precatórios	***11.596,8***	***13.269,1***	***15.119,1***	***0,2%***	***14.784,4***	***0,2%***	***20.282,3***	***0,3%***
IV.1.1 Benefícios Previdenciários - Urbano [2/]	396.561,0	437.194,3	462.650,0	6,8%	...	...	...	...
d/q Sentenças Judiciais e Precatórios	***8.945,2***	***10.408,7***	***11.902,4***	***0,2%***	...	...	...	...
IV.1.2 Benefícios Previdenciários - Rural [2/]	111.310,3	120.040,5	123.728,7	1,8%	...	...	...	...
d/q Sentenças Judiciais e Precatórios	***2.651,6***	***2.860,4***	***3.216,7***	***0,0%***	...	...	...	...
IV.2 Pessoal e Encargos Sociais	257.871,8	284.041,1	298.020,9	4,4%	324.593,8	4,5%	336.624,7	4,4%
d/q Sentenças Judiciais e Precatórios	***7.909,7***	***7.164,6***	***6.730,3***	***0,1%***	***6.682,4***		***6.730,7***	***0,1%***
IV.3 Outras Despesas Obrigatórias	212.953,8	197.250,8	201.338,0	2,9%	209.311,6	2,9%	228.316,5	3,0%
IV.3.6 Benefícios de Prestação Continuada	48.990,1	53.744,2	56.156,0	0,8%	59.888,3	0,8%	61.490,2	0,8%
d/q Sentenças Judiciais e Precatórios	***1.031,4***	***1.047,4***	***1.083,8***	***0,0%***	***1.022,3***	***0,0%***	***1.344,5***	***0,0%***
IV.3.20 Sentenças Judiciais e Precatórios - OC(	***10.163,4***	***10.661,3***	***13.880,9***	**0,2%**	***16.054,0***	**0,2%**	***24.054,2***	**0.3%**
Sentenças Judiciais e Precatórios	**30.701,3**	**32.142,5**	**36.814,1**	**0,5%**	**38.543,0**	**0,5%**	**52.411,7**	**0,7%**

1/Apurado pelo conceito de "pagamento efetivo", que corresponde ao valor do saque efetuado na Conta Única (até 2018).